

Ser Mulher é Ser mãe: a maternidade como uma atribuição científica

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO¹

Durante o século XIX o Estado brasileiro já defendia que a solução dos problemas sociais que direcionariam para o progresso da nação dependiam, em larga medida, da proteção de mães e de filhos. De acordo com Besse (1999: 100) essas idéias modernizadoras vigentes preconizavam que as crianças eram importantes para a perpetuação da pátria e a glorificação do país. A partir desse momento em que o Brasil passava por uma intensificação da urbanização e da industrialização, começaram a ser alterados tanto a posição dos filhos dentro do núcleo familiar quanto o significado da infância. Essa mudança tornou gradativamente os filhos o centro da atenção da família e as crianças o recurso mais precioso do país.

Nesse contexto, a eugenia tornava-se uma eficaz aliada, pois consistia em uma série de idéias e de práticas relacionadas a um melhoramento da raça humana através do estudo da hereditariedade. No Brasil, seus pressupostos pretensamente científicos passaram a servir para fornecer explicações sobre a situação de atraso do país e, ao mesmo tempo, direcionavam as ações que poderiam ser aplicadas para a superação dessa situação problemática.

No entanto, as idéias vindas de fora adquiriram no país características particulares. A preocupação com a saúde da população por meio da eugenia tinha como pressuposto aprimorar esta população, mas isso não significava que as idéias eugênicas que eram aceitas fossem aquelas referentes à mistura de etnias “[...] em alguns casos, ‘regras de eugenia’ podiam ser traduzidas simplesmente por ‘regras de higiene’.” (MACIEL, 1999: 134). As idéias de saneamento, de higiene e de eugenia misturavam-se de tal modo que se chegava a colocar em um mesmo discurso propostas no sentido de introduzir a educação física nas escolas e a proibição de casamentos. Além disso, a preocupação em formar uma raça superior não era apenas relacionada à saúde física e à robustez da população, mas também ao desenvolvimento dos atributos intelectuais, dos quais dependiam o progresso material da civilização, a estabilidade moral da sociedade e a segurança política do Estado.

¹ Professora Assistente (UESPI) com Mestrado em História do Brasil (UFPI).

A partir das décadas de 1910 e 1920 a influência crescente da eugenia no Brasil contribuiu para elevar o bem-estar da mãe e da criança a um novo *status* de prioridade na sociedade. Como resultado disso, o poder público nacional e os poderes públicos locais intensificaram a realização, muitas vezes de forma descentralizada e experimental, de algumas ações que privilegiavam a proteção materno-infantil. Foi dessa forma que surgiram variadas organizações de assistência pública e privada que forneciam ajuda material, cuidados com a saúde, a educação e a instrução moral para crianças pobres e abandonadas.

No entanto, a sistematização da proteção de mães e de filhos pelo Estado brasileiro foi operacionalizada durante as décadas seguintes. Somente nos anos de 1930 e 1940, ocorreu a organização administrativa efetiva, o planejamento nacional de medidas protetivas e a efetivação de ações sistemáticas de amparo materno-infantil:

No final da década de 1930 e na década de 1940, médicos e higienistas haviam assumido postos de decisão no aparelho do Estado, esboçando leis relativas ao bem-estar das mães e das crianças, realizando inspeções sanitárias de escolas e instituições públicas, definindo currículos da escola normal sobre higiene e desenvolvimento infantil e estabelecendo padrões para o novo corpo de assistentes sociais empregados pelo Estado [...]. (BESSE, 1999: 104)

Para a realização desse projeto de desenvolvimento do Brasil, que tornava a infância o recurso mais importante da nação, era imprescindível a doação das mulheres no cumprimento responsável de suas funções maternas. Para justificar esse papel feminino, que já era tradicionalmente aceito na sociedade brasileira há bastante tempo, o Estado fundamentou-se principalmente na medicina, utilizando a seu favor a concepção de verdade comprovada e, por isso, supostamente inquestionável desse tipo de conhecimento científico.

A ciência moderna “provava” que a maternidade era uma necessidade biológica para a mulher, pois o seu corpo funcionaria para atender às necessidades do instinto maternal de gerar a vida e de criar filhos. No entanto, essa forma de conceber a condição feminina não era novidade, segundo Rocha-Coutinho (1994: 90), foi ainda no século XIX que os médicos passaram a definir a mulher em sua relação com a família e com a maternidade em virtude da natureza mais intuitiva, frágil, delicada e afetiva da “natureza” feminina. Assim, a família colonial, até então prioritariamente vigente como

padrão irreconciliável de organização social, passava por uma transformação progressiva:

[...] a higiene desfocava a importância dos velhos e adultos e fazia brilhar a infância. Realçando o papel da mulher, recalcava o poder do marido. [...] Tradicionalmente presa ao serviço do marido, da casa e da propriedade familiar, a mulher ver-se-á, repentinamente elevada à categoria de mediadora entre os filhos e o Estado. Em função desses encargos, suas características físicas, emocionais, sexuais e sociais vão ser redefinidas. Seu papel cultural cresce em força e brilho. A higiene passou a solicitar insistentemente à mulher que, de reprodutora dos bens do marido, passasse a criadora de riquezas nacionais [...] (COSTA, 2004: 73)

Nesse processo, o papel feminino foi reabilitado pelos médicos, a sua condição social foi elevada e enaltecida, pois de uma personagem secundária, a mulher passou a ter posição de relevância e de prestígio para o desenvolvimento do país. Isso ocorreria por meio da parceria que deveria realizar com o Estado na proteção da infância. Dessa forma, a condição de ser mãe adquiriu um caráter de modernidade e de importante função pública, elevando as mulheres a um novo patamar na sociedade brasileira. Até então essa condição era exclusiva dos homens, exercendo os papéis de chefes de família e de condutores da nação.

Esse aspecto é particularmente relevante porque, durante as décadas de 1930 e 1940, as mulheres já tinham um maior acesso ao espaço público através do lazer, da educação e do trabalho, mas esse ideário da maternidade científica tornou-se um apelo para que as mulheres continuassem exercendo suas funções tradicionais de mãe, só que resignificadas de acordo com as idéias modernas, ou seja, a função da maternidade estava sendo redefinida sob novos moldes e as mulheres deveriam ser adequadas à essa situação original.

Nas últimas décadas do século XIX, a incorporação das idéias modernas já apontavam para a necessidade e para a urgência da educação feminina. Essa constatação estava vinculada ao desenvolvimento da sociedade, uma vez que a higienização da família, a conduta das crianças e a construção da cidadania dos jovens eram, em grande parte, responsabilidades femininas. “A transformação da mulher e da família dependia de um programa pedagógico que abrangia o corpo, a moral e a educação intelectual. Somente uma mulher saudável e instruída podia exercer bem seu papel de mãe e também de esposa.” (MARTINS, 2004: 226)

As mulheres deveriam ser incluídas na concretização desse projeto educacional porque, nas décadas de 1930 e 1940, caberia à elas a função de exercer a maternidade de forma competente, a qual não poderia se sustentar apenas no instinto, mas deveria estar baseada em habilidades extremamente desenvolvidas e em conhecimentos especializados. Os médicos e os educadores defendiam que as mulheres precisavam de uma “[...] compreensão racional e ‘científica’ do desenvolvimento infantil e dos modernos princípios da higiene para que pudessem cumprir seu novo dever patriótico e sua função social de ‘aperfeiçoar’ a raça.” (BESSE, 1999: 109)

Nesse sentido, era elaborada uma nova maternidade, progressivamente investida de prática científica “[...] a atribuição à maternidade de uma dimensão de modernidade e de função pública implicava o aprendizado de um amplo conjunto de técnicas.” (FREIRE, 2009: 97). Os médicos não se limitavam a acusar as mães de inaptas ou de relapsas na criação de seus filhos, mas promoviam as mães como novas educadoras no meio familiar, possuindo, assim, uma missão civilizadora e, conseqüentemente, redentora do país.

Os poderes públicos no Piauí estavam em consonância com a idéia nacional de defesa e amparo da maternidade e da infância nos anos de 1930 e 1940. Esse aspecto pode ser verificado em uma conferência do Prefeito de Teresina, Dr. Lindolfo Monteiro, nas comemorações alusivas ao Dia da Criança:

[...] necessidades urgentes e prementes que têm os povos ou os seus governos de zelar pelo futuro da própria integridade da Patria. Nação forte é aquella cujos filhos são sadios e fortes, é aquela que ampara aos seus filhos desde a vida intra-uterina, como um elemento indispensável à harmonia de sua nacionalidade, é aquella cujos filhos possui, além da capacidade physica, a capacidade intellectual [...] (DIA DA RAÇA-DIA DA CRIANÇA, 1936: 6)

Segundo essas idéias defendidas pela instância governamental, o investimento na infância significava a glorificação da pátria, uma vez que as crianças seriam responsáveis pelo futuro próspero da nação. Assim, as crianças deveriam ter uma posição de prioridade no país por meio da preservação do desenvolvimento saudável, da orientação intelectual e do aprendizado das virtudes morais. O Estado tinha como importante função a proteção e o amparo infantil através de uma rede assistencial que deveria estar articulada com os interesses nacionais. Tal projeto estava estritamente

vinculado ao governo central de Getúlio Vargas e, por sua vez, era difundido na capital piauiense pelos poderes públicos locais.

A educação das mulheres que seriam mães, ou que já exerciam a maternidade, era uma das formas de promover a parceria feminina na proteção infantil prestada pelo governo piauiense. Uma medida importante realizada nesse sentido foram os ensinamentos baseados na Puericultura, que consistia em um conjunto de práticas científicas que visavam preparar as mães com os conhecimentos necessários para assegurar às crianças o desenvolvimento físico e psíquico normal, desde a formação no ventre até a primeira infância.

Na década de 1930 a Puericultura foi ministrada como disciplina do currículo das escolas normais para o público feminino. Alguns aspectos relevantes podem ser identificados no conteúdo programático da referida disciplina:

I- Definição. Importância social do estudo da puericultura. Natalidade e mortalidade infantil. Principais causas do obituário infantil. II-Higiene do recém-nascido. Particularidades anatômicas e fisiológicas. Alimentação. Equilíbrio e marcha. III- Dentição. Ordem e época do aparecimento dos dentes. Acidentes de dentição. Superstições em torno da erupção dentária. IV- Vacinação. Regras e prática. Ação sobre a criança. V- Desenvolvimento corporal na 1ª infância: curvas de estatura e peso. Jogos infantis, recreativos e ginásticos, a dança. Vida ao ar livre. VI- Sub alimentação. Degenerecencia física e mental. VII- Evolução intelectual na primeira infância. Linguagem. VIII- Disciplina na 1ª infância. Hábitos higiênicos. IX- Escolas maternas, jardins de infância. Idade escolar. (DECRETO 1.358, 1932: 5)

De acordo com os médicos, autoridades no ensino, na promoção e na divulgação da Puericultura, as mulheres deveriam estar convenientemente preparadas para cuidarem de seus filhos de uma forma competente. Para isso, deveriam dominar um conjunto de conhecimentos e de práticas científicas que tinham como referência a preservação da saúde geral, bem como a garantia do desenvolvimento físico e mental adequado das crianças. Essa preparação para ser a nova mãe científica incluía referências sobre fisiologia, informações sobre alimentação adequada, regras de higiene e importância do acompanhamento médico.

A Escola Normal Oficial de Teresina, principal instituição de Ensino Normal do estado, também oferecia um curso de Puericultura gratuito, ministrado durante os finais de semana. No discurso a seguir, o médico Olavo Corrêa Lima, que ministrou o já referido Curso de Puericultura, explicava para as jovens sua finalidade, o qual também era sugestivamente chamado de “Escola de Mãezinhas”:

No vasto programa de vossa educação ao lado dos conhecimentos humanitários, do estudo técnico-profissional, da educação física, moral e estética, da economia doméstica e da pedagogia, como futura mãe, deveis ter conhecimento de puericultura, necessário não somente a vós próprias (puericultura pre-natal), muito especialmente à criação de vosso futuro filho, organismo tenro e indefeso, cujo futuro está na vossa estrita dependencia. (CURSO DE PUERICULTURA DA ESCOLA NORMAL, 1940: 5)

O Dr. Olavo Corrêa Lima era um médico especializado no tratamento de crianças, sendo conceituado na capital piauiense, portanto, possuía uma autoridade reconhecida para legitimar o discurso sobre a Puericultura naquela sociedade. A mulher-mãe teria como tarefa nobre o cuidado com os filhos e, de acordo com ele, além dos conhecimentos intelectuais e dos conhecimentos técnicos que proporcionariam à mulher a preparação profissional, a educação feminina não poderia prescindir dos conhecimentos científicos sobre a maternidade. Essa forma de pensar era partilhada por outros médicos piauienses, como pode ser observada a seguir:

Está claro que a mortalidade de crianças em Teresina, não foge à regra geral, sendo, em todo o Brasil, considerável. Observa-se que entre as causas de morte, no primeiro ano de vida, figuram em primeira linha as diarreias e as enterites. Não obstante a prática usual de amamentação em seio materno, nas classes pobres, é freqüente o uso intempestivo, de permeio, de mingaus de farinha seca. É o pauperismo aliado à ignorância dos progenitores, o grande fator, a causa primária de todos esses males. (ASSUNÇÃO, 1939: 17)

De acordo com ele, a mortalidade infantil era um problema grave que ocorria no Piauí, mas esse era um fato que ocorria em todo o Brasil, e preocupava a classe médica piauiense. A questão da alimentação incorreta era uma de suas causas mais relevantes para os elevadíssimos índices de óbitos na infância, principalmente nos meios sociais compostos por pessoas de condição financeira deficitária e dificuldade de acesso à educação, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos baseados na Puericultura.

A Puericultura era um conhecimento científico com resultados positivos em relação à saúde infantil comprovados nos hospitais infantis, nas maternidades e nos lares do país. Segundo Marinho (2008, p: 106) esse tipo de argumento era usado para incentivar o abandono de práticas tradicionais aprendidas com parentes, conhecidos, rezadeiras e parteiras, as quais eram identificadas pelo discurso médico como perigosas,

por colocarem em risco a integridade de mães e filhos, uma vez que não se apoiavam em conhecimentos científicos. Em uma realidade na qual eram elevados os números de mortes materna e infantil durante o parto, e também de crianças até a primeira infância, os médicos repudiavam as práticas leigas como resultado da superstição e da ignorância das mães que as utilizavam.

Dessa forma, os conhecimentos de Puericultura iriam contribuir de forma efetiva para que as mulheres utilizassem os procedimentos científicos necessários para exercer a tarefa da maternidade de forma competente nos anos de 1930 e 1940. Essas mulheres saberiam cuidar corretamente de seus filhos, utilizando os conhecimentos adquiridos, os quais muitas vezes eram suficientes para garantir a saúde e o desenvolvimento adequado das crianças, mediante o acompanhamento contínuo dos médicos.

Os poderes públicos piauienses também organizavam eventos culturais que colocavam em destaque discussões em torno do bem-estar infantil e, por isso, possuíam uma função pedagógica. Um deles eram as palestras sobre temas importantes para o desenvolvimento nacional, como aquelas que ocorriam durante as comemorações do Dia da Criança. Os programas, veiculados na imprensa, identificavam o caráter desses eventos promovidos em âmbito local:

[...] 12 de outubro: Dia da Criança - dia da raça - destina-se a lembrar a cada um que a nação forte é aquela que tem filhos fortes - Pelo professor Martins Napoleão, catedrático do liceu Piauiense. 13 de outubro: - Dia do Latante: milhares de crianças morrem entre 0 e 1 ano as mais das vezes pela falta de observância das noções mais elementares de puericultura - pelo Dr. Pires Gayôso, professor do "Ginásio municipal S. Francisco de Sales" [...] 16 de outubro: - Dia da Criança que estuda- Cada criança que aprende a ler é o pequeno operário que trabalha para a construção de uma pátria melhor. - Pela professora Lélia Avelino, catedrática da Escola Normal [...] 18 de outubro: - Dia das Mães - Dar filhos fortes à nação é a mais nobre manifestação do patriotismo da mulher - Pela professora Firmina Sobreira Cardoso, catedrática da Escola Normal. (SEMANA DA CRIANÇA, 1931: 7)

Palestras como essas eram dirigidas ao público em geral, mas principalmente aquele formado pelas mulheres. Tratava-se de uma assistência que não era escolhida aleatoriamente, uma vez que as prescrições feitas pelos palestrantes cabiam às responsabilidades que se julgavam na época como naturalmente femininas. Nesses eventos, não apenas médicos prestigiados na cidade, mas também educadores que tinham uma fala autorizada, discursavam sobre a relevância da preservação e da defesa

da infância para o futuro próspero da nação brasileira. Isso ocorreria por meio da promoção do desenvolvimento saudável, da preservação dos valores morais e da importância do acesso à educação.

Dessa forma, pode ser verificado que a questão da infância era um tema que suscitava uma preocupação social importante na época. Além de ser um problema que os governos deveriam resolver, e para isso contavam com o conhecimento dos médicos e com a parceria das mães, outros setores, como os professores e uma parcela da sociedade civil organizada, também faziam parte da aplicação desse projeto, o qual envolvia a promoção da saúde e da educação infantil.

Nas comemorações do Dia da Criança, que geralmente ocorriam durante todo o mês de outubro no Piauí, também ocorriam outros eventos que tinham um caráter pedagógico no que se refere à divulgação dos conhecimentos médicos sobre a infância e a maternidade. Um deles era a idealização dos concursos eugênicos, realizada pelos médicos e promovida pelos poderes públicos locais:

Realizou-se nesse dia na “Casa da Criança” e na “Escola Normal Oficial” dois interessantes concursos de robustez infantil. À hora marcada, achavam-se presentes numerosas senhoras trazendo ao colo vivazes bebês para a prova de robustez. O julgamento desses concursos foram confiados a três conhecidos médicos [...](SEMANA DA CRIANÇA, 1945: 3)

As crianças vencedoras representavam aquelas que, na ocasião, mais se aproximavam dos ideais eugênicos de desenvolvimento saudável comprovados pelos médicos através de exames físicos e mentais. Esses concursos tinham entre as suas finalidades a divulgação dos padrões modernos para a criação dos filhos, pois incentivavam as mães a seguirem os cuidados divulgados com base na medicina, fornecendo um modelo bastante específico de infância saudável que elas deveriam atingir mediante a responsabilidade e o compromisso com o desempenho da função materna. Aparentemente esse tipo de concurso era bastante popular e também concorrido, pois nas fotografias da época é possível observar que grande quantidade de pessoas estavam presentes nesses eventos com o objetivo de disputar ou simplesmente fazer parte da assistência.

Iniciativas como essas, relacionadas à promoção da proteção materno-infantil, passaram a ser sistematizadas pelo Departamento Estadual da Criança a partir de 1944. O Interventor Federal no Estado do Piauí, Dr. Leônidas Melo, estabeleceu através de

decreto as diretrizes que estabeleciam as responsabilidades e as atribuições que deveriam ser realizadas por esse novo órgão de âmbito local:

[...] a- manter entendimento, como único órgão autorizado e especializado no Estado, com o Departamento Nacional da Criança; b- coordenar, controlar, fiscalizar, cooperar e dirigir todas as atividades atinentes à maternidade, à infância e à adolescência, em todo o território do Estado; c- realizar estudos estatísticos e divulgações sobre tudo que se relacione com a maternidade, com a infância e com a adolescência; d- executar higiene e assistência médico-social, à maternidade, à infância e à adolescência [...] (DECRETO-LEI N. 779, 1944)

Dessa forma, o Departamento Estadual da Criança tinha como objetivo controlar as ações públicas e particulares, subvencionadas ou não-subvencionadas, referentes à defesa da maternidade, da infância, e também da adolescência, no estado do Piauí. O órgão referente estava ainda vinculado ao Departamento Nacional da Criança, que tinha a função de centralizar as ações que seriam colocadas em prática em todo o país.

Com a implantação do Departamento Estadual da Criança os Cursos de Puericultura passariam a atender às determinações desse órgão, que representava no Piauí o Departamento Nacional da Criança. Assim, em todo o Brasil, passariam a ser oferecidos cursos de formação de “mãezinhas” dentro e fora das escolas normais. Isso deveria ocorrer para que todas as jovens que potencialmente seriam mães em um futuro próximo, ou que já eram mães, estivessem preparadas para assumir com competência a maternidade científica.

Em 1945, com o fim do Estado Novo e a instalação de outro governo no Piauí, ocorreu a extinção do Departamento Estadual da Criança sob alegação do Estado não conseguir manter as despesas elevadas para o seu funcionamento. Em seu lugar, foi criado o Serviço de Assistência à Maternidade e à Infância. O governador José da Rocha Furtado relacionou que os objetivos do novo órgão eram de promover, por todos os meios “[...] ingentes esforços no sentido de promover, por todos os meios, condições favoráveis de vida e de saúde ao sagrado binômio mãe-filho, proporcionando-lhe assistência hábil [...]” (MENSAGEM ESTADUAL, 1949: 80).

O Serviço de Assistência à Maternidade e à Infância também era subordinado ao Departamento Nacional da Criança, inclusive recebendo verbas do governo federal e, com isso, revelando que a política governamental de assistência infantil aplicada no estado também era preocupação importante do novo grupo político instalado no governo

do país. O referido governador ainda destacava que o problema da maternidade e da infância no estado do Piauí precisava do desvelo do governo, mas também de todas as instituições privadas, com a finalidade de congregarem esforços comuns na solução deste problema que era de responsabilidade nacional.

Nas décadas de 1930 e 1940 existia no Piauí a realização de um projeto que visava a reformulação da função maternal, resultado de um ideário que já existia no Brasil desde o século XIX. Isso era resultado da articulação dos conhecimentos médicos com o projeto modernizador do Estado que defendia a proteção da infância como condição fundamental para a solução dos problemas sociais, uma vez que as crianças seriam as responsáveis pelo progresso do Brasil e, portanto, pelo engrandecimento da Pátria em um futuro próximo. Para tornar a maternidade uma função científica foi preciso que os poderes públicos estabelecessem uma parceria com os médicos para proporcionar às mulheres os conhecimentos científicos baseados na Puericultura. Assim, elas estariam preparadas para assumir com competência as novas responsabilidades com relação aos filhos.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Vitorino de. Mortalidade Infantil em Teresina. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**. Teresina, n. 1, p. 10-21, Ago. 1939.

BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

CURSO de Puericultura na Escola Normal. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 185, p. 5, 17 de ago. de 1940.

DECRETO Estadual nº 1.358 de 02 de março de 1932 (continuação). Aprova os planos de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial. **Diário Oficial**. Teresina, anno II, n. 53, p. 4-6, 3 de mar. de 1932.

DIA da Raça - Dia da Criança. **Diário Oficial**, Teresina, ano VI, n. 234, p. 6, 17 de out. de 1936.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, Mães e Médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MACIEL, Maria Eunice S. A Eugenia no Brasil. IN: **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre, n. 11, 1999, p. 121-143.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados**: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949). 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do Feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

PIAUI. Decreto n. 779, de 18 de abril de 1944. Cria o Departamento Estadual da Criança e dá outras providências. **Decretos do Ano de 1944**. Teresina: Imprensa Oficial, 1945.

PIAUI. Governo 1946-1950. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador José da Rocha Furtado, em 1º de junho de 1949**. Teresina: Imprensa Oficial, 1949.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por Trás dos Panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SEMANA da Criança. **Diário Oficial**, Teresina, anno I, n. 226, p. 7, 10 de out. de 1931.

SEMANA da Criança. **Diário Oficial**, Teresina, ano XV, n. 128, p. 3, 20 de out. de 1945.